

Anexo III

A SITUAÇÃO ATUAL DOS 'SURUI' DA
ÁREA INDÍGENA SORORÓ (PA)
NOVEMBRO - 1985*

Iara Ferraz
Museu Nacional-UFRJ

Ao final de outubro último encontrei quase metade da população 'Suruí' em Marabá, na Casa do Índio. Homens, mulheres e crianças - eram cerca de 40 pessoas - estavam em tratamento de malária, hepatite e gastrintorites. Awassaiméu, uma jovem de 16 anos, morrera na aldeia no início daquele mesmo mês, levando à dispersão do grupo, forma como procedem os 'Suruí' por ocasião de morte. Parte de seus integrantes estava em Marabá, parte na mata (em expedição de caça e coleta, aproveitando ainda o final da estação seca), parte na aldeia da "Queimada". E umas poucas famílias ainda permaneciam na velha aldeia, recentemente construída outra vez no antigo local, em frente à sede do Posto da Funai, onde morrera a jovem.

O esforço da atendente que se encontrava na A.I. Sororó, em substituição à enfermeira, aliado às práticas de um rezador regional, morador de Santa Luzia (um dos povoados mais próximos), chamado às pressas pelos 'Suruí', foram insuficientes. Em cinco dias, fortes dores na região abdominal levaram Awassaiméu à morte. Posteriormente, uma causa possível foi aventada: processo de abortamento mal sucedido.

* Relatório de viagem realizada pela antropóloga entre 28 de outubro e 12 de novembro de 1985. Consultoria à Cia. Vale do Rio Doce - Projeto Ferro-Carajás.



Dois outros casos recentes de abortos ocorridos entre mulheres adultas 'Suruí' parecem evidenciar práticas voltadas para o controle populacional que, deliberadamente, vem sendo empreendido pelo grupo.

Aspectos demográficos e a questão territorial

Os 'Suruí' encontram-se agora diante de uma situação de crescimento populacional onde o número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino vem diminuindo, de modo inversamente proporcional ao aumento da população feminina, tendência que se verificou entre o grupo nos últimos dez anos e que se traduz num relativo desequilíbrio demográfico.

Circunstâncias como esta evidenciam a possibilidade de rearranjos organizacionais (e sociais) que, não raras vezes, são operados pelos 'Suruí'. Em 1961, Laraia (1963) - o único autor que conheceu o grupo numa época imediatamente posterior ao contato inicial - havia observado entre eles (que eram então 40 indivíduos, hoje são 111) a ocorrência de arranjos poliândricos. Após um período de elevada mortalidade, a população masculina era superior à feminina e a regeneração demográfica (e dos clãs patri-lineares) só era possível através desses arranjos (filhos nascidos de casamentos distintos, recomporiam clãs distintos).

O acelerado crescimento populacional verificado reverteu essa tendência, sobretudo a partir dos anos 70. Atualmente, a não disponibilidade de cônjuges potenciais do sexo masculino engendra tanto gestações indesejadas (e, portanto, práticas de aborto e infanticídio), quanto possíveis casamentos interétnicos ou, mais recentemente, intragrúpicos.¹ No entanto, o casamento com um turi ("branco"

¹ Há cerca de seis meses, encontra-se na aldeia um rapaz Parakanã que, a convite dos 'Suruí', fora se casar.

ou "camará") não é facilmente aceito e constitui-se alvo de fortes críticas sociais, veladas ou não. Sendo a regra de descendência patrilinear, ela determina a expansão dos cinco clãs existentes, base da organização social 'Suruí' e, assim, da identificação e reprodução social do grupo.

- "Se for cuõó (mulher), a gente enterra", foi o comentário lacônico de um homem maduro, xamã dos mais respeitados entre o grupo, diante da gravidez (já avançada) de sua mulher (que tem três filhas e apenas um filho), enfatizando a importância dos nascimentos de indivíduos do sexo masculino, aspecto vinculado à própria dinâmica de reprodução do grupo e ocupação territorial.

Um episódio recente, ligado à retirada, pelos jovens 'Suruí', de posseiros no interior da área indígena me foi narrado com particular entusiasmo; por inúmeras vezes era ressaltada a importância do desempenho dos rapazes como guardiães do território.

A relação entre controle populacional e de ocupação ou expansão territorial evidencia-se, em certas circunstâncias. Entre os 'Suruí', é provável que a atual exiguidade da área indígena Sororó e as fortes pressões dos regionais estejam também engendrando práticas de controle do crescimento da população.²

Reafirma-se cada vez mais a necessidade de se emprender o acréscimo à área indígena Sororó - mais 24 mil hectares - de acordo com a proposta apresentada em maio do corrente ano pelo grupo de trabalho constituído em fevereiro último (o qual integrávamos, pela portaria Funai 1981/E de 07.02.85), com a finalidade de identificar, em campo, a

² A contenção populacional vem sendo um fenômeno observado entre outros grupos de língua Tupi - como Urubu-Kaapor, no rio Turiáçu (MA) e Asurini do Koatinemo, no médio rio Xingu (PA) - o que se avalia como decorrente da própria experiência traumática do contato.

área pretendida pelos 'Suruí', não abrangida pela demarcação efetuada em 1977. No entanto, na programação do Convênio apresentada pela Funai para 1985, a questão territorial 'Suruí' parece ter sido desprezada, embora a sua importância venha sendo sistematicamente apontada desde o início do referido Convênio. As mudanças administrativas internas à Funai, recentemente ocorridas com muita frequência, talvez tenham sido responsáveis pelo não encaminhamento, em caráter de urgência, daquela proposta aos demais órgãos vinculados à questão agrária (Getat, Mirad).

Por ocasião da última viagem ao campo, o chefe do Grupamento Fundiário do GETAT, em Marabá, informou sobre a possibilidade efetiva de realização de um levantamento, de acordo com os dados disponíveis junto àquela instância, da situação fundiária da faixa de terra proposta como acréscimo à área indígena Sororó. Bastaria um encaminhamento formal pela Funai, o que solicitei que fosse providenciado pela Ajudância de Marabá, o quanto antes.

Torna-se imperioso agora um posicionamento preciso da cúpula do órgão tutelar em relação ao acréscimo pretendido à Área Indígena Sororó, para que se possa proceder às etapas consecutivas que levarão à legalização daquela faixa de território que foi sonhada aos 'Suruí'.

As justificativas para a recuperação territorial e, concomitantemente, dos próprios 'Suruí' estão amplamente documentadas nos processos pertinentes à demarcação daquela área indígena, existentes junto à Funai, em Brasília. Será necessário ainda o acompanhamento da questão por um advogado idôneo, vinculado à agência tutelar, exceto o que se encontra atualmente na 2ª DR (Belém), devido ao fato de ter sido o titular daquela instância regional da Funai, exatamente à época em que se procedeu à demarcação da A.I. Sororó (1977), posteriormente questionada.

Enquanto a redefinição territorial e, assim, do próprio futuro do grupo é um dos aspectos mais enfatizados pelos homens mais velhos, sabedores da suma importância deste aspecto para a existência mesma dos 'Suruí',³ entre os mais jovens, a construção de uma nova aldeia com casas de tábuas constitui-se o fulcro das discussões em torno da continuidade - e da qualidade - do "projeto da Vale" (como é conhecido o Convênio). Na verdade, abre-se aqui um leque de possíveis discussões detalhadas que devem ser levadas a efeito, particularmente entre os segmentos do próprio grupo, onde não se registra unanimidade em relação a esta questão das novas casas. Resta saber se este 'projeto' - que conta com o claro 'apoio' da administração local da Funai - vai se realizar através de recursos do Convênio, preterindo a questão territorial, o que viria a se constituir em grave equívoco.

Mudanças de aldeias, chefias e o jogo político de interesses

Em setembro último, os 'Suruí' empreenderam uma nova mudança de aldeia, tendo abandonado o local chamado "Casa Velha" e as casas de taipa que lá haviam construído em 1983, por empreita de regionais, através de recursos do Convênio. A distância em relação às instalações do Posto (3 km) e, assim, algumas dificuldades de deslocamento para atendimento de saúde motivaram, ao que parece, a mudança. Além disso, as casas de barro, sem ventilação (uma vez que seguiam o modelo tradicional, ou seja, sem janelas) foram condenadas pelo médico (consultor do Convênio), que apontava a

³ Interrompendo uma expedição familiar de caça e coleta, retornou à aldeia um homem maduro, especialmente preocupado com as recentes invasões que vêm se verificando na porção da área pleiteada para acréscimo (particularmente a área compreendida entre a atual picada demarcatória ao norte, no extremo oriental, junto às cabeceiras do rio Taurizinho).

possibilidade de proliferação do inseto conhecido como "barbeiro", potencial transmissor da doença de Chagas.

A convite de Umašú, atual líder de uma 'facção' do grupo - ele se auto-entitula agora "capitão" de todos os 'Suruí', posição que não é legitimada, todavia, por muitos de seus componentes - a maior parte dos 'Suruí' foi se fixar outra vez junto às instalações do Posto da Funai. Aquele local havia sido abandonado devido à escassez de água e à insalubridade das instalações da escola, sobretudo, próximas ao poço por eles utilizado.

No entanto, desde 1982, Umašú e seu grupo familiar, formado pela mulher, três filhas, um genro e três crianças agregadas, fixaram residência junto à "Queimada", localidade próxima à rodovia OP-2, que corta a área em seu limite oriental, formando novo aldeamento quando uma outra família também para lá se dirigiu, em 1985. A proximidade da estrada levou ao estreitamento de relações com regionais da vizinhança que, com frequência, visitam o grupo da "Queimada". Esta convivência é, não raras vezes, fortemente criticada pela maioria daqueles que permaneceram na aldeia junto ao Posto (e que depois foram para a "Casa Velha", tendo agora retornado à antiga aldeia). Ao que parece, esta foi a principal razão da separação do grupo: as relações com os regionais que, na maioria das vezes, envolvem interesses econômicos, que por sua vez se traduzem, internamente, em controle de recursos políticos.

Enquanto os homens mais velhos do grupo manifestavam seu interesse e preocupação em relação ao acréscimo territorial e, mais imediatamente, às roças familiares recém-formadas por eles (de acordo com o modo tradicional e responsáveis pela subsistência), a 'facção' mais diretamente ligada a Umašú (os mais jovens) enfatizava o projeto de construção das casas de tábuas e a formação de roças por empreitadas de regionais. A construção das casas de madeira se reveste de autonomia, em certa medida, em relação aos recursos do

Convênio, uma vez que existe a possibilidade de obter a madeira já serrada através de um regime de "meia" com madeireiros que, há alguns anos, pressionam os 'Suruí' de modo sistemático, sobretudo na estação seca.

Até mesmo antigos vizinhos à área indígena, trabalhadores rurais sem terra, iniciaram suas atividades no ramo madeireiro no interior da Área Indígena Sororó, dada a facilidade de acesso e às possibilidades de realização de negócios diretos com alguns dos componentes do grupo (notadamente Umašú, Tiremê - e o finado Sawarapi). Estes, por sua vez, encontram assim o meio de obter recursos aparentemente volumosos, sem a ingerência "fiscalizadora" de terceiros, quaisquer que sejam, sobretudo dos agentes locais da Funai. Com recursos assim obtidos, satisfazem necessidades consideradas "símbolos de poder" (e prestígio) como a aquisição de radiolas, discos, gravadores, relógios, bicicletas, burros e cavalos, o que é dificultado através da comercialização de castanha (cada vez mais escassa na área) ou de qual qualquer produto agrícola, sujeitos, muitas vezes, a um controle maior do grupo ou mesmo dos agentes locais da Funai.

O fortalecimento interno do grupo está ligado a práticas de identificação social - como o estímulo à formação de roçados tradicionais, acompanhados da realização de cerimoniais - onde é primordial a correta apreensão da concepção dos 'Suruí' acerca do 'trabalho', sobretudo por parte daqueles que interagem com o grupo, no cotidiano (servidores da Funai, no Posto). É importante lembrar que a especialização clânica entre os 'Suruí' determina também uma divisão de trabalho (mais ou menos especializado, entre caça, agricultura e atividades guerreiras). Em inúmeras ocasiões, ouve-se acusações - sobretudo por parte de agentes tutelares regionais - de que "os Suruí são preguiçosos", "não são como os outros índios" (sic). A veiculação e o reforço destes estereótipos refletem exatamente muitos dos equívocos que, dado o desconhecimento do grupo, apresentaram-se

ao longo dos anos com frequência e que nortearam uma orientação - imprimida de fora - a um processo de transformação que, certamente, se verifica entre os Suruí.

Uma alteração substantiva nesta orientação, consistiria em tentar compreender adequadamente as diferenças internas existentes entre o grupo, baseadas na operação de um sistema de organização social específico, distinções estas que se refletem em níveis também diversos.

Assim, por exemplo, a produção de arroz da última safra foi totalmente comercializada (por Umašú e Tiremê) pouco restando para o consumo por parte do grupo. Uma vez que não se trata de espécie de cultivo tradicional e que acaba por envolvê-los num processo de trabalho igualmente não tradicional - as roças "coletivas", como enfatizam os agentes tutelares locais e regionais - os 'Suruí' parecem não conferir importância alimentícia ao consumo de arroz, ao contrário da farinha de mandioca, do milho, dos tubérculos e de todas as variedades de bananas que cultivam.

Em inúmeras ocasiões anteriores, ressaltou-se a necessidade de incentivar o plantio de cultivares tradicionais entre os 'Suruí', de acordo com um modo próprio à organização social operante, ou seja, em pequenas roças familiares. Ao contrário, a ótica "modernizante" focalizada pelos agentes tutelares de um modo geral, aliada aos abundantes recursos tornados disponíveis através do Convênio reforçaram um modelo baseado na monocultura (arroz e pastagens), que se mostra inadequado à garantia da subsistência dos 'Suruí' que, em última instância privilegiam a caça como fonte alimentícia primordial.

O desuso de todos os equipamentos adquiridos com recursos do Convênio (trator, máquina de beneficiar arroz, debulhador de milho) demonstra claramente o equívoco a que me refiro. Não se trata do "despreparo do pessoal" que, com grande rotatividade, passa pela A.I.Sororó. Trata-se sobretudo de uma questão de ótica, de perspectiva em relação a

todo um complexo processo de transformação social que envolve também os 'Suruí'.

O atual chefe do Posto acabara de assumir suas funções por ocasião desta estada em campo o que, aliado à ausência da enfermeira, dificultava uma avaliação do Convênio, propiciando apenas uma discussão preliminar quanto aos desdobramentos futuros. Além disso, aproxima-se a apsentadoria daquele antigo servidor da Funai, atualmente lotado como chefe da A.I.Sororô, mas cujo trabalho, ao longo dos anos, especializou-se em frentes de atração de grupos arredios (situações, portanto, bastante diversas da dos 'Suruí').

Entre os jovens, muitos demonstram efetivamente grande interesse em aprender a lidar com o trator e, sobretudo, com o caminhão adquiridos, o que requer a presença - em caráter temporário - de uma pessoa que, com método e sensibilidade, ensine os interessados. A necessidade de se dispensar o motorista contratado pelo Convênio já foi anteriormente apontada, dado o seu total despreparo psicológico para o trabalho em área indígena, característica muitas vezes peculiar à toda a mão-de-obra sem especialização, arregimentada às pressas pela Funai para contratação em 1982-83, através dos recursos do Convênio.

Uma vez que se aproxima a estação chuvosa - e, com ela, a coleta da safra de castanha - foram solicitados recursos adicionais aos previstos, para a aquisição de mueres (can galhas, lonas, etc.), roupas e botas para trabalho, além de outras mercadorias indispensáveis ao início da safra. Estas solicitações foram encaminhadas através da Ajudância de Mára há, bem como o pedido de reparos urgentes às instalações sanitárias da escola do Posto, onde o depósito de águas servidas (junto ao poço a céu aberto - há ali um telhado, insuficiente para a proteção da água) transformou-se em criatório de larvas de anofelinos e outros insetos, tornando absolutamente precárias as condições de saúde daqueles que vol

taram a se fixar junto ao Posto.

A instalação de uma base missionária católica entre os 'Suruí' (CIMI Norte II), celebrada com o batismo coletivo realizado em meados de setembro último (por solicitação dos próprios componentes do grupo, segundo os missionários) poderá contribuir, de algum modo, para o desenvolvimento de atividades educacionais para adultos. A elaboração de material didático adequado, com assessoria linguística e antropológica, dando ênfase à realidade local e regional com que convivem os 'Suruí' constitui o principal ponto de apoio do trabalho já iniciado, em conjunção com as atividades da escola do Posto da Funai.

Essa perspectiva, recém-inaugurada entre os 'Suruí', possibilitará a revisão de um modelo educacional até aqui implementado que, equivocadamente, baseia-se na concepção da escola tradicional, de "brancos" e que, portanto, pouco ou nada tem a ver com as necessidades de instrumentação (informação) apresentadas pelos grupos indígenas, de um modo geral.

Uma atuação adequada no setor de assistência à saúde - com formação e treinamento de monitorias - também requer um trabalho prévio de pesquisa aprofundada, juntamente com o antropólogo, que permita compreender a coexistência de diferentes sistemas de cura, além de noções próprias ao grupo, relativas à "doença", "saúde", "corpo", "pessoa", etc.

O processo de recuperação da identidade 'Suruí', para muitos bastante deteriorada, inclusive moralmente,⁴

⁴ Ao que parece, instalou-se recentemente no limite sudeste da área, um prostíbulo administrado por uma das integrantes do grupo que, desde 1980, para lá se dirigira com a família (marido e filhos). Tendo sido abandonada no início deste ano pelo marido, aquelas atividades passaram a se constituir objeto de grande preocupação para a maioria dos componentes do grupo, sobretudo para os que têm filhas solteiras.

abrange o incentivo, através de programas integrados de saúde; educação/informação, a um processo de discussão sistêmica em torno de alternativas possíveis de sobrevivência calcadas nos aspectos tradicionais da cultura 'Suruí', capazes exatamente de garantir a sua reprodução social, enquanto grupo. A ênfase na "modernização", volta a enfatizar, promovida pelos agentes tutelares locais e regionais, sem o conhecimento acerca do modo de vida e organização social específicos dos 'Suruí' vem contribuindo para a crescente debilitação física e cultural do grupo, como facilmente se verifica.

Ao lado da urgente redefinição territorial da Área Indígena Sororó, a permanência no Posto apenas do pessoal qualificado (saúde e educação), com a colaboração efetiva de assessorias específicas (linguística e antropológica) possibilitará empreender mudanças qualitativas num eixo estrutural das próprias relações interétnicas, engendrando assim a reversão de um processo que, se permanecer se desenvolvendo de acordo com a ótica a ele imprimida, poderá ter consequências desastrosas para a sobrevivência, em condições dignas, dos 'Suruí'.

Trabalho citado

LARAIA, Roque de Barros - 1963 - "Arranjos poliândri-
cos na sociedade Suruí", in Revista do Museu
Paulista, n.s. (XIV), São Paulo.